

DRIBLE

Lei da Transparência é uma farsa em todos os municípios de MS

Prefeituras do Estado criaram seus portais na internet, mas nenhum deles tem informações completas

LUCIA MOREL

Dois anos após a entrada em vigor da Lei da Transparência, os municípios de Mato Grosso do Sul ainda estão capengas em seu cumprimento. Dados da Controladoria Geral da União (CGU) mostram que de 79 cidades, apenas 52 aderiram ao programa Brasil Transparente, que orienta Estados e municípios ao cumprimento da lei. As demais, até mantêm os portais da transparência, mas não abastecem os dados.

O chefe da CGU em MS, José Paulo Julieti Barbieri afirma que nenhum município e nem mesmo o governo do Estado cumpre efetivamente a legislação e não disponibiliza os dados adequados e previstos na Lei 12.527 de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI). “Nenhum ente a cumpre adequadamente”, disse, enfatizando que nem mesma a prefeitura de Campo Grande, capital do Estado, está dentro do esperado. “A capital cumpre, mas abaixo da média”.

O que ocorre é que a LAI define todas as informações que devem fazer parte dos portais da transparência e ainda estabelece que devem ser de fácil acesso ao cidadão comum. Entre as obrigações estão os registros de repasses, receitas, transferências e despesas, todos em tempo real, ou seja, até um dia após a transação em si. Os portais precisam conter ainda as informações de licitações, com editais e resultados, além de

52

PREFEITURAS Conforme a Controladoria-Geral da União, um total de 52 prefeituras de Mato Grosso do Sul aderiram ao Programa Brasil Transparente, iniciativa para adequar os entes públicos às exigências da Lei de Acesso à Informação, como, por exemplo, a criação de portais na internet com dados sobre gastos e contratos das administrações. Os portais foram criados, porém, conforme a CGU, não foram alimentados.

dados para “acompanhamento de programas, ações, projetos e obras do órgão”.

Barbieri sustenta que “nenhuma prefeitura cumpre de fato o que a lei exige” e acredita que a maior dificuldade seja a limitação financeira e de pessoal dessas administrações. Por isso, desde 2013, a CGU realiza treinamentos e capacitações junto aos municípios, através do Brasil Transparente, para orientá-los quanto a necessidade do cumprimento da lei e também, para familiarizá-los com o sistema E-Sic, que é o código fonte responsável pela organização das informações que devem ser



EVENTO. Ontem, dia em que a administração de Reinaldo Azambuja no governo completou 100 dias, novo portal de transparência foi lançado

No aniversário de 100 dias, governo lança novo portal

EDUARDO MIRANDA

Durante a cerimônia comemorativa dos 100 dias de mandato, o governador do Estado, Reinaldo Azambuja, enfim, lançou seu novo Portal de Transparência, uma de suas promessas de campanha. Entrou em operação ontem apenas o novo layout (apresentação) do site, o restante do conteúdo será alimentado até o fim do mês,

prometeu o governador. Até ontem à noite, o Portal da Transparência do governo do Estado ainda estava com a maioria das informações do ano passado somente. Para se ter uma ideia, a tabela de salários disponível para consulta ainda era referente a 2014. Na campanha, Azambuja prometeu informações em “tempo real”. Ainda no evento de ontem, Reinaldo Azambuja

lançou mais um programa, que ele denominou “Obra Inacabada Zero”. Segundo ele, são quase 200 obras deixadas incompletas por seu antecessor, André Puccinelli (PMDB), informação que é contestada por partidários do ex-governador, que alegam que Azambuja incluiu no relatório ações que sequer têm ordem de serviço. Sobre o aniversário de 100 dias do governo, Azambuja disse que ainda é cedo para julgar. “Não se mede um governo por 100 dias”, disse. **(Colaborou Lucas Junot)**

HABITAÇÃO

Residenciais vazios voltam a ser invadidos, agora nas Moreninhas

GABRIELA COUTO

Outras 42 famílias invadiram casas populares do residencial José Maksoud, no Bairro Moreninhas, nesta semana. Essa não é a primeira vez que isso acontece, neste ano. No mês passado, 16 apartamentos, dos 127 que existem no condomínio José Alencar, foram tomados por sem-teto que afirmam estar cansados de esperar pelo sorteio dos imóveis da Agência Municipal de Habitação de Campo Grande (Emha), que abrigam



CONJUNTO HABITACIONAL. Dezenas de casas do Residencial José Maksoud, nas Moreninhas, foram invadidas nesta semana

famílias de baixa renda inscritas no “Minha Casa, Minha Vida”. Desde 2012 é feita a entrega das 482 casas que fazem parte do residencial. As residências que estavam vazias são de beneficiários que precisam regularizar alguma documentação com a Caixa Econômica Federal. A demora para que o imóvel fosse habitado fez com que os invasores entrassem no local desde domingo, o que tem assustado os moradores que estão regularizados. A história dos sem-teto é prati-

camente a mesma. A maioria vem de favelas ou casas de aluguel, e aguardam há mais de dez anos pela oportunidade. Dentre eles está dona Sônia da Cruz Rodrigues, 27 anos, que tem um bebê de um mês e outros quatro filhos. “Cansei de viver em um barraco, de chão de barro, que chove dentro e que não protege meus filhos do frio que tem feito à noite. Eu fiz isso porque quero o melhor para eles”, desabafa. Nos últimos dois anos, ela vivia com as crianças em uma área de risco, no final da rua Baguari, na favela da Moreninha 3. “Esse tempo todo estas casas estavam fechadas, sendo que nós precisamos”. Ela e outros sem-teto afirmam que na noite de quinta para sexta, quando houve a invasão completa do resi-

dencial, um fiscal da Emha e cerca de 15 guardas municipais foram em cada casa e ameaçaram as famílias. O eletricitista José Antônio de Carvalho, 34 anos, chegou a ser preso e encaminhado para a delegacia. “Ele gritava com minha esposa e meu filho para irem para fora da casa que pegamos. Me algermaram e me colocaram no camburão. Tentaram me enquadrar como autor de seis crimes, mas o delegado não aceitou”. A Caixa informou que se não houver a saída dos invasores será feita uma ação de reintegração de posse. Já a assessoria de imprensa da Emha afirmou que agiu dentro da legalidade e alertou os invasores do risco de impedimento de participação em novos projetos.

SUPERMERCADO

Vigilância apreende 23 toneladas de feijão

ANNY MALAGOLINI

Foram apreendidas ontem 23 toneladas de feijão da marca Catame, no supermercado Assaí, do Grupo Pão de Açúcar, localizado na Avenida Coronel Antonino. O alimento foi denunciado por

uma cliente, que comprou o produto e encontrou insetos dentro do pacote. A Vigilância Sanitária recolheu amostras do feijão para análise e constatou a irregularidade. Todo o lote do produto que estava à venda no local foi reprovado. Além

de impedir a venda do produto no supermercado, 450 KG do produto foi recolhido no distribuidor da marca. Equipes da Vigilância e da Polícia Civil vão percorrer estabelecimentos comerciais da Capital para verificar se o mesmo lote também está à

venda. O número do lote do feijão é 120215 de feijão, e o produto está dentro do prazo de validade, que deve vencer daqui a 11 meses. De acordo com delegado responsável pela operação, Elton Galindo, a cliente do supermercado comprou 10 quilos do produto, e ao abrir a embalagem encontrou ‘carunchos’ em meio ao alimento. Ele levou o caso à Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes Contra Relações de Consumo (Decon).



CORONEL ANTONINO. Apreensão ocorreu no Supermercado Assaí